

# Norte terá usina hidrelétrica dentro de reserva indígena

Representantes dos índios aceitam proposta, mas fazem exigências

Agência Câmara

**SÃO JERÔNIMO DA SERRA** - A Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, da Câmara Federal, aprovou o projeto de decreto legislativo nº 381/99 que autoriza a construção de uma hidrelétrica em terras indígenas na região de São Jerônimo da Serra, região Norte do Paraná.

A Hidrelétrica de São Jerônimo, no Rio Tibagi, deverá ser construída por empresa concessionária com outorga da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Pela Constituição (art. 231), o aproveitamento dos recursos hídricos em terras indígenas só pode ser efetivado com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas. Nesse sentido, o deputado José Bor-



Arquivo/TN

**O DEPUTADO federal José Borba propõe convênio de auxílio para as comunidades afetadas pela usina**

ba (PMDB-PR) apresentou a proposta prevendo a celebração de convênio entre o futuro concessionário e os representantes dos índios.

Para ouvir a opinião da comunidade indígena Caingang,

que habita a região, o relator do projeto, deputado Luciano Pizzatto (PFL-PR), promoveu duas reuniões no Paraná. Após uma resistência inicial, os membros das comunidades de Apucarantina e Mococa

concordaram com a autorização, desde que atendidas várias condições, que foram acatadas pelo relator no substitutivo aprovado.

**CONDIÇÕES**

Entre as condições, está a participação de 1% no faturamento bruto da usina (na proposta original essa participação era correspondente a 1% dos royalties devidos pela empresa aos municípios envolvidos); a substituição da área a ser alagada por outra contígua a reservas de tamanho quatro vezes maior que a área original; a doação de tratores traçados e respectivos implementos agrícolas; reflorestamento com mata nativa nas áreas alteradas; reforma do cemitério; e a construção de 300 casas, um centro de saúde, uma escola, um centro comunitário, um centro de ecoturismo, um ginásio e dois campos de futebol.

O acordo também prevê a garantia de opção de emprego para os caingangues na obra e o respeito por parte dos trabalhadores brancos à cultura e às tradições indígenas. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, antes de ser apreciada pelo Plenário.